

Proposta para precários será definida em 96

A discussão sobre o fim dos contratos precários na USP continua. Em Assembléia realizada em 30 de novembro, os docentes discutiram a proposta da diretoria da Adusp e a do representante da Escola Politécnica no Conselho de Representantes da Adusp. Decidiu-se continuar a discussão, remetendo novamente as duas propostas às unidades para aprofundar o debate. Estabeleceu-se, também, o prazo de abril do próximo ano para que a Entidade delibere sobre a questão.

A história de luta da Adusp contra a existência dos contratos com prazo fixo - precários - é extensa. Desde 1979, a Adusp vem se manifestando no sentido de que há apenas 2 regimes de contratação no Serviço Público: a CLT e o regime do funcionalismo público, no qual a admissão se dá por concurso. Em 1990, a Adusp participou de uma comissão que estudou o problema e fez uma cuidadosa proposta de procedimentos em relação aos contratos precários.

Apesar de toda a discussão, o problema não apenas continuou como se agravou; conforme informação que a Profª Helena M. C. Carmo Antunes, Diretora de Recursos Humanos da USP, divulgou no debate realizado em 14/09, atualmente 50% dos docentes da USP têm contratos precários. Também a nossa luta se intensificou. Ao longo de todo o ano de 1995, a Adusp publicou textos analisando a questão dos contratos precários e propondo alternativas de encaminhamento para os docentes submetidos a este "regime de contratação". Foi realizada, no final do 1º semestre, uma pesquisa por questionário, respondida

maciçamente pelos docentes. De acordo com as respostas ao questionário, verificamos que a alternativa de solução preferida pelos docentes precários era a chamada perenização dos contratos, enquanto os docentes concursados (efetivos) apontavam a celetização como a melhor proposta.

A partir deste resultado, a diretoria e o Conselho de Representantes da Adusp aprofundaram o exame da questão e estão encaminhando agora para discussão dos colegas uma proposta referente aos regimes de contratação na USP. O ponto básico da proposta estabelece que as novas admissões serão feitas exclusivamente por concurso público, de modo a evitar que sejam perpetuados os contratos

precários, que ferem a constituição, representam constrangimento e insegurança para o docente e prejudicam a qualidade do trabalho universitário.

Para os docentes já admitidos em regime de contrato precário há duas idéias: uma é a perenização dos contratos precários e a outra é a abertura de concurso público para aqueles que tenham ou venham a ter o título de doutor. A idéia de propor uma solução que elimine a necessidade de recontração tem um objetivo claro: os docentes precários foram e são vítimas de arbitrariedade da universidade que os vem submetendo a uma situação trabalhista inconstitucional e constrangedora. Qualquer solução que se proponha para

o vínculo trabalhista destes docentes deve levar em consideração que eles são vítimas e não culpados do atual processo e que não devem, em momento algum, ser responsabilizados pelo problema e penalizados com soluções custosas e desgastantes.

A proposta de solução que encaminhamos precisa, agora, passar por análise e discussão cuidadosas. É importante que haja discussões nas unidades antes de deliberarmos sobre sua forma final. Qualquer possibilidade de vitória da nossa proposta dependerá da força de mobilização com a qual ela for levada. Isso significa que o fim dos contratos precários depende do empenho de cada um de nós.

Conheça as duas propostas

A- Com relação a novas admissões

A partir da data de aprovação dessa proposta, todas as contratações de docentes na USP serão feitas através de concurso público, cumprindo o requisito estabelecido pela Constituição de 1988. Para tanto, será modificado o estatuto da USP no que se refere ao nível inicial da carreira docente, para que possam ser contratados MS1 e MS2 por concurso público.

B- Com relação aos atuais contratos precários

Em relação à situação em que se encontram hoje os docentes contratados em regime precário, o Conselho de Representantes da Adusp-S.Sind. deliberou encaminhar duas propostas para discussão nas unidades e posterior deliberação em Assembléia Geral, a saber:

1- Perenização

1. Em que consiste

A perenização dos contratos precários consiste em tornar indeterminado o prazo de contratação de docentes contratados precariamente que cumprirem os critérios estabelecidos pela proposta.

2. Como entrará em vigor

Para implementar a perenização é necessária apenas uma decisão do CO.

3. Características

a) A validade do contrato perene será circunscrita à USP;

b) Atingirá apenas os docentes que satisfizerem os critérios no momento de sua implementação, isto é, nenhum docente poderá ser contratado através de contrato perenizado. Será, então, uma categoria em extinção;

c) A demissão do docente com contrato perene deverá seguir os trâmites empregados para o pessoal efetivo.

4. Critérios

4.1. Serão perenizados no momento de aprovação desta proposta todos os docentes que tiverem pelo menos cinco anos de contrato;

4.2. Serão perenizados, no instante em que completarem cinco anos de contrato, todos os docentes que já estiverem contratados na USP no momento de aprovação dessa proposta.

2- Concursos Públicos

a) A universidade deverá abrir concurso público para a vaga correspondente a cada docente contratado em regime precário, que possua o grau de doutor no momento da aprovação desta proposta pelo CO;

b) A universidade deverá abrir concurso público para a vaga correspondente a cada atual MS-1 e MS-2, contratado em regime precário, no momento em que o docente conclua o doutoramento.

Universidade pública à noite: direito dos trabalhadores

Pouca gente sabe, mas no Brasil apenas 10% dos jovens entre 18 e 25 anos têm acesso ao ensino de nível universitário. Destes, 75% estudam em universidades privadas, que consomem grande parte de sua renda e de suas famílias. Contraditoriamente, as universidades públicas, corretamente gratuitas em função de serem bancadas pelos impostos da população, oferecem a maioria de suas vagas no período diurno, quando a grande massa de jovens brasileiros está trabalhando para contribuir no sustento de suas famílias. Resultado: o jovem trabalhador, que normalmente concluiu seus estudos em escolas públicas, só tem universidades privadas como opção. É imenso o número dos que desistem de estudar por força da impossibilidade de pagar o alto valor das mensalidades ali cobradas.

Poder-se-ia argumentar que o Brasil é um país de Terceiro Mundo, sem grandes riquezas, e que talvez aí

estivesse localizada a razão de tal injustiça. Comparando nosso país com três vizinhos latino-americanos, vemos que no México são 14% os jovens da mesma faixa etária com acesso às universidades (73% em universidades públicas); na Argentina, 19% no Chile, 30%.

A questão poderia estar, então, nas pequenas possibilidades que o Estado tem de investimento, argumento tão comum nos dias atuais, quando os governos estaduais e federal querem, cada vez mais, se livrar do dever de oferecer os serviços básicos necessários à vida da população. Mesmo os que concordam com este argumento (dentre os quais não nos incluímos) hão de convir que os demais Estados brasileiros passam, no limite, pelas mesmas dificuldades de nosso Estado. Pois bem, o Estado de São Paulo oferece uma vaga pública a nível universitário para cada 500 habitantes. A média dos outros Estados brasileiros, com toda sua pobreza e grave realidade

social, é de uma vaga a cada 280 habitantes.

Ainda poderia ser lembrado que o movimento social no Estado de São Paulo, fruto da sua preocupação com tal realidade, fez constar no artigo 253 da Constituição Estadual a obrigatoriedade de que 1/3 (ou 33%) das vagas oferecidas pelas universidades estaduais fossem destinadas ao período noturno. No entanto, apesar de as Disposições Transitórias determinarem dois anos de prazo às universidades para cumprir tal dispositivo, USP (29,39%), Unicamp (26,38%) e Unesp (27,72%) não cumprem a lei. Temos convicção de que o próprio dispositivo, se considerarmos o contingente de jovens sem acesso à universidade, ainda é insuficiente.

O que observamos, portanto, é uma política dos sucessivos governos estaduais de não investir na universidade pública e suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, tão necessárias para o desenvolvimento do nosso

país. Pelos dados acima, percebemos que descaso maior é destinado aos jovens trabalhadores, os mais atingidos pela ausência de vagas noturnas. Já excluídos do direito ao lazer, à cultura, aos serviços de saúde, também se vêem excluídos da possibilidade da carreira acadêmica e da maior compreensão do mundo proporcionadas pelo ensino universitário.

Temos convicção de que só o envolvimento dos estudantes e dos trabalhadores, seja na escola ou no local de trabalho e moradia, poderá reverter esta situação. Neste contexto se insere a campanha pela ampliação dos cursos noturnos nas universidades públicas paulistas, que lançamos em outubro passado e que certamente retomará, com a ênfase necessária, o debate em torno das prioridades do governo paulista em relação aos trabalhadores do Estado de São Paulo.

Renato Simões é deputado estadual e vice-líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Adusp

Diretoria:

Marco A. Brinati, Osvaldo Coggiola, Jair Borin, Heloisa D. Borsari, Valéria De Marco, Primavera Borelli, José Nivaldo Garcia, Antonio César Fagundes, José Marcelino Rezende Pinto, Oziride Manzolli Neto.

Editor:

Marcos Luiz Cripa vd

Projeto Gráfico:

Argem Godoy

Produção Gráfica:

Maria Cristina Walligora e Luis Ricardo Câmara

Secretaria:

Rogério Yamamoto
Alexandra Carillo

Distribuição:

Marcelo Chaves
Walter dos Anjos

Tiragem: 7.000 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Bandeirante

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano

Gualberto, trav. J, nº 374

Cid. Universitária - São Paulo - SP

CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573

Fax: (011) 814-9321

Congresso Andes

Entre os dias 1 e 6 de fevereiro do próximo ano a Andes estará realizando, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, seu XV Congresso, cujo temário é "Educação, Trabalho e Cidadania". A pauta de trabalho do Congresso prevê debates sobre o Movimento Docente e a Conjuntura, sobre Reestruturação Produtiva e Políticas Sociais, e sobre a Proposta da Andes para a Universidade Brasileira. A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo estará participando do Congresso com treze delegados (doze indicados em assembléia e um pela diretoria). Em janeiro de 1996 os delegados da Adusp estarão se reunindo na sede da entidade para a discussão do Caderno de Textos do Congresso.

Revista Adusp

Na primeira semana de janeiro de 96 estará sendo distribuída a quinta edição da Revista Adusp e que aborda o tema Reforma Agrária. O engenheiro agrônomo, fazendeiro e ex-presidente do Inera, José Gomes da Silva, mostra que a Reforma Agrária é possível de ser feita no Brasil. Ainda dentro deste tema a revista traz entrevista com os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior e Diolinda Alves de Souza. Esta edição traz, ainda, artigos sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; a necessidade de reforma no Estatuto da USP; sobre porque os contratos precários devem acabar na Universidade de São Paulo e uma avaliação das propostas do governo Mário Covas para o ensino de 1º e 2º Graus.

Reformas de FHC

Em encontro conjunto realizado em Brasília em 20 de outubro, os setores das Universidades Públicas Federais e Estaduais da Andes tomaram decisões visando a instalação e o funcionamento da Comissão de Mobilização. Assim, desde novembro, representantes das AD's vêm mantendo plantões em Brasília, com a finalidade de pressionar o Congresso na apreciação de emendas do governo FHC, que colocam em risco importantes conquistas da Constituição de 88. No momento, as atenções estão voltadas para a proposta de reforma da Previdência. No caso das universidades, há ainda uma proposta de emenda constitucional do MEC eliminando a autonomia universitária. Os plantões devem continuar durante todo o mês de janeiro.

Comissões do HC questionam transplante em Florestan Fernandes

Éder Luis Medeiros/Folha Imagem

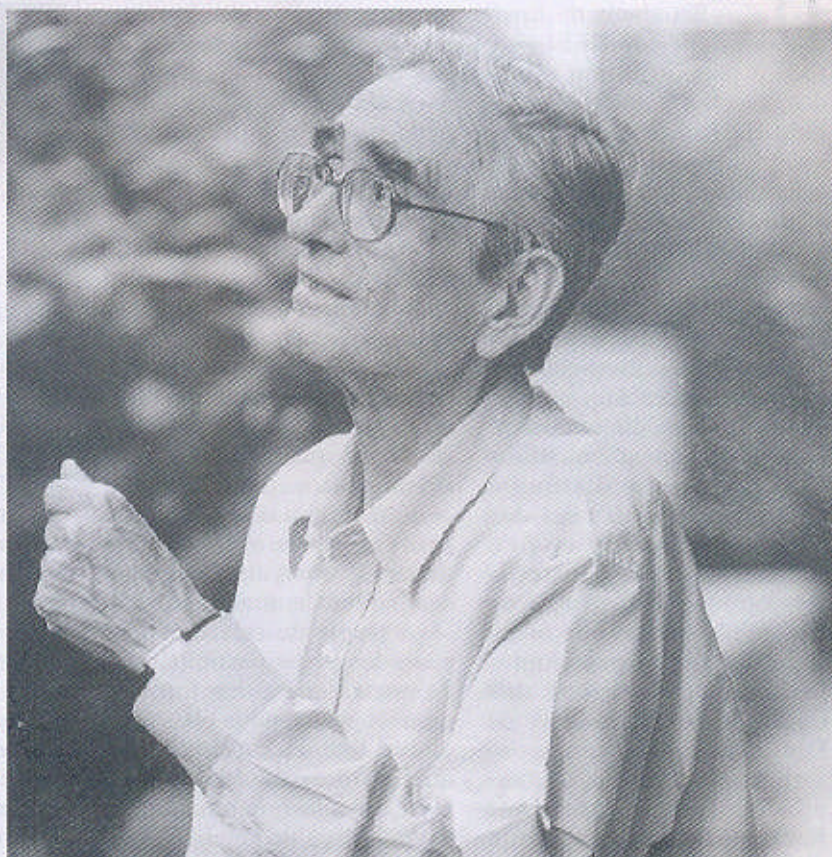
A Congregação da Faculdade de Medicina da USP, reunida no dia 16 deste mês, indicou os médicos Marcos Segre, Aroldo Minitti, Dário Birolino e Giovanni Cerri para analisar os três relatórios que fazem parte do processo de julgamento acadêmico referente ao transplante de fígado a que foi submetido o sociólogo e professor Florestan Fernandes. No dia 4 de agosto deste ano Florestan sofreu o processo cirúrgico e sete dias após, morreu de embolia gasosa durante sessão de hemodiálise. A comissão indicada pela Congregação deverá apresentar parecer até o final de janeiro e decidir qual encaminhamento será dado ao caso.

O relatório da Comissão de Normas Éticas e Regulamentares, aponta oito questionamentos de ética médica durante o tratamento do professor Florestan Fernandes no Hospital das Clínicas. De acordo com o documento, assinado pelo chefe do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP, professor Claudio Cohen, são estas as principais infrações éticas detectadas: a) a seleção do paciente, dentre os inscritos para o transplante, pode não ter sido balizada em critérios de justiça e utilidade médica; b) houve omissão de informações ao paciente e familiares quanto à presença de sorologia positiva para Lues (sífilis) no doador e dos possíveis riscos decorrentes; c) mesmo em nome do avanço científico e em benefício da comunidade, as solicitações do médico, de intervenção para ajuda na criação do Instituto do Fígado, devem ser consideradas eticamente inadequadas, principalmente num hospital público (durante o período de tratamento, Florestan defendeu a doação de um terreno para a criação do Instituto do Fígado e Alcoolismo, projeto do cirurgião Silvano Raia); d) a

primeira declaração de óbito não foi indicativa da realidade da morte; e) a omissão de informações dos dirigentes sobre as condições em que ocorreu o óbito, pode ser interpretada como acobertamento de erro; o desinteresse em esclarecê-las, como negligência; e f) a atuação da médica patologista na assistência ao paciente e posteriormente na qualidade de médica legista, configura possível infração ética.

O relatório de uma outra comissão, a de Transplantes de Órgãos e Tecidos, questiona a indicação do transplante de fígado para pacientes acima de 65 anos. Florestan Fernandes tinha 75 anos. Esta mesma comissão questiona também a seleção para o transplante. Segundo o relatório, havia duas pessoas na fila de espera que poderiam ter recebido o órgão: um paciente de 22 anos e outro de 52. O primeiro deles na fila desde 1989 e o segundo desde outubro de 94. Florestan foi inscrito na fila em 6 de junho deste ano. Segundo o documento assinado pelos médicos Wagner Cordeiro Marujo e Milton Glezer, ao se realizar um transplante com poucas perspectivas de sucesso, pode-se tirar a chance de outro inscrito, além de perder a vida do receptor.

A Comissão de Análise de Prontuários e Óbitos concluiu que o prontuário de Florestan Fernandes, com os documentos que registram as cinco internações ocorridas sob a responsabilidade da Unidade do Fígado, não atende aos requisitos definidos pelo Hospital das Clínicas como essenciais, não permitindo a avaliação da qualidade da atenção efetivamente prestada ao paciente.



Silvano Raia contesta relatórios

Em entrevista ao "Jornal da Tarde" os médicos Silvano Raia e Sérgio Mies – professores da Faculdade de Medicina da USP e responsáveis pelo transplante de fígado em Florestan Fernandes – apresentam outra versão dos acontecimentos. Raia afirma que o processo "é uma briga política", relata a repórter Patrícia Campos Mello. Segundo ele, Telésforo Bacchela, relator da Comissão de Transplante de Órgãos e Tecidos, quer ter um outro grupo de transplantados.

Quanto ao transplante em pessoas com idade superior a 65 anos, Raia diz que o Consenso de Paris, que contou com a participação dos principais centros de transplantes do mundo, a idade não constitui contra-indicação. "O que conta é a condição geral do paciente e a expectativa de vida. Eu não podia impedir um tratamento por medo de eventuais insucessos", afirma o cirurgião. Em relação à falta de documentos nos prontuários, Silvano Raia diz que a comissão não considerou muitos documentos só porque não tinham o carimbo da gráfica do Estado. "No HC estavam faltando estes papéis da gráfica, então usamos outros. A administração também extraviou documentos e a comissão só considerou o que queria".

Silvano Raia defende-se, ainda, da acusação de haver privilegiado Florestan, em relação a outros pacientes: "Não é o tempo de espera que conta, é o tempo que a gravidade da doença prevê. O critério de gravidade é adotado por nós. Não abrimos exceção a Florestan. Esse é o nosso procedimento regular". Ele assumiu ter pedido a Florestan para que intercedesse na doação do terreno onde seria construído o Instituto do Fígado e Alcoolismo. "Assumo que pedi a ele que me ajudasse, mas não é uma coisa para mim, o hospital é público", disse Raia.

Setor das IEES elabora pauta unificada

Universidades estaduais da Bahia pagam piso salarial equivalente a dois salários mínimos

Docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) de todo o país estiveram reunidos, dias 8 e 9 deste mês em Belo Horizonte, para elaborar uma pauta de luta unificada que propicie a mudança radical da situação do conjunto das universidades estaduais, hoje submetidas a uma série de deficiências: falta de infra-estrutura, de autonomia, de financiamento e de democracia.

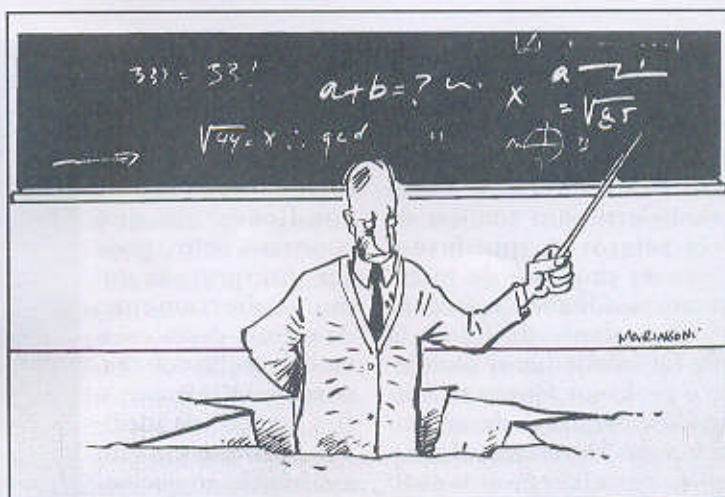
O objetivo do encontro foi o de levantar subsídios para reduzir a distância entre a situação real das IEES e o ideal de ensino público superior, dentro da perspectiva de construção de um padrão unitário de qualidade defendido pela Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior).

Francisco Miraglia, ex-presidente da Adusp, Luiz Henrique Schuch, presidente da Andes, e Aluísio Pimenta, reitor da Universidade Esta-

dual de Minas Gerais, participaram da mesa de abertura do encontro. Depois, os grupos de trabalho reuniram-se para elaborar a pauta unificada que será apresentada no XV Congresso da Andes que será realizado em fevereiro, em Santa Maria (RS).

Radiografia - Recentemente a Andes traçou uma radiografia da situação das Instituições Estaduais de Ensino Superior, constatando, dentre os principais problemas, a proliferação do ensino de má qualidade em estabelecimentos que não oferecem as mínimas condições a professores e alunos para desenvolverem um trabalho acadêmico de qualidade.

A partir de relatos apresentados pelos participantes de quatro encontros interregionais promovidos este ano, chegou-se à conclusão de que a precariedade de infra-estrutura de funcionamento e a escassez de recursos são problemas comuns nas instituições estaduais de ensino.



Para ilustrar a degradação profissional na maioria das Instituições de Ensino Superior, a Andes cita, em documento preparatório das discussões que ocorreriam em BH, o caso das universidades estaduais da Bahia, que ostentam um piso salarial de R\$ 214,00.

Para garantir um padrão unitário de qualidade para a universidade brasileira, a Andes propõe: a indissociabi-

lidade entre ensino, pesquisa e extensão; a capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo; boa infra-estrutura material; financiamento adequado ao funcionamento; e regime de trabalho de dedicação exclusiva. Além disso, considera a autonomia, associada à democracia interna nas universidades, condição essencial para que o ensino superior produza conhecimento inovador e crítico.

Resumo do Relatório da Tesouraria

Agosto de 1995

Saldo de Julho:	R\$ 439.930,57
1. Receitas	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 71.141,70
1.2. Prestação Serviços	R\$ 2.863,86
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 18.802,05
1.4. Outros	R\$ 13.123,36
Disponível	R\$ 531.676,96
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 27.025,16
2.2. Repasse a ANDES-SN	R\$ 14.184,58
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 700,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 5.181,81
2.5. Comunicação	R\$ 11.276,04
2.6. Eventos	R\$ 49.196,09
2.7. Outros	R\$ 5.350,00
Total Despesas	R\$ 98.729,10
Saldo de Agosto	R\$ 432.947,86
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 377.073,73
3.2. Poupança	R\$ 50.848,93
3.3. Conta Corrente	R\$ 4.348,66
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 366,61
Total do Ativo Financeiro	R\$ 432.637,93

Resumo do Relatório da Tesouraria

Setembro de 1995

Saldo de Agosto:	R\$ 432.637,93
1. Receitas	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 70.918,16
1.2. Prestação Serviços	R\$ 669,56
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 15.108,17
1.4. Outros	R\$ 6.672,63
Disponível	*R\$ 511.778,11
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 28.140,82
2.2. Repasse a ANDES-SN	R\$ 14.228,34
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 300,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 5.021,16
2.5. Comunicação	R\$ 4.059,02
2.6. Eventos	R\$ 2.175,27
2.7. Outros	R\$ 0,00
Total Despesas	R\$ 39.696,27
Saldo de Setembro	R\$ 472.081,84
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 418.689,79
3.2. Poupança	R\$ 52.117,04
3.3. Conta Corrente	R\$ 617,82
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 657,19
Total do Ativo Financeiro	R\$ 472.081,84